



ANAJÁS - PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJÁS -
PARÁ

Comum aos cargos de Nível
Fundamental Incompleto:
Carpinteiro, Eletricista, Encanador, Tratorista

EDITAL Nº 001/2024

CÓD: SL-087AB-24
7908433252849

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Tipos e gêneros textuais	10
3. fonema, grafema, separação de sílaba	17
4. acentuação	19
5. ortografia	20
6. Morfologia: classificação e flexão (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, preposição, pronome, verbo, advérbio, interjeição e conjunção)	21
7. Sintaxe (estudo das frases, classificação das frases, frases diretas e inversas e análise sintática do período simples)	30
8. Semântica (conotação, denotação, sinônimo, antônimo)	33
9. Estilística (reconhecimento e usos da pontuação).....	34
10. Discurso direto e indireto	34

Matemática

1. Sistema de numeração decimal: leitura, escrita e ordenação de números naturais (de até unidade de milhar).....	43
2. Composição e decomposição de números naturais até quatro ordens.....	44
3. Significados de metade, terça parte, quarta parte, quinta parte e décima parte).....	45
4. Problemas de adição e subtração com números naturais inclusive em situações do dia a dia. Problemas de multiplicação e divisão com números naturais inclusive em situações do dia a dia.....	46
5. Localização e movimentação: representação de objetos e pontos de referência	47
6. Figuras geométricas espaciais: reconhecimento, análise de características e planificações	48
7. Figuras geométricas planas (triângulo, quadrado, retângulo, paralelogramo e círculo): reconhecimento e análise das características.....	51
8. Unidades de comprimento, capacidade e massa convencionais e não convencionais: registro, instrumentos de medida, estimativa e comparações	53
9. Medidas de tempo: leitura de horas em relógios digitais e analógicos, duração de eventos e reconhecimento de relações entre unidades de medida de tempo	56
10. Sistema monetário brasileiro: estabelecimento de equivalências de um mesmo valor na utilização de diferentes cédulas e moedas	58
11. Leitura, interpretação e representação de dados representados em tabelas e gráfico de barras.....	60

Conhecimentos Gerais

1. Conhecimentos referentes aos principais fatos políticos, econômicos e sociais do Brasil e do mundo na atualidade	69
2. Regionalização do território brasileiro	69
3. Estado do Pará: limites, pontos extremos, relevo, clima, hidrografia, extrativismo, pontos turísticos, folclore e regiões do Pará; Formação histórica e econômica da Amazônia e do Estado do Pará	76
4. As relações internacionais (principais conflitos da atualidade e blocos econômicos).....	87
5. Características físicas (clima, relevo, hidrografia, vegetação e recursos naturais) do Município de Anajás; Formação histórica e econômica do Município de Anajás	88

Cruzeiro

(sem centavos) 02.12.1964

A Lei nº 4.511, de 01 de dezembro de 1964 (D.O.U. de 02 de dezembro de 1964), extinguiu a fração do cruzeiro denominada centavo. Por esse motivo, o valor utilizado no exemplo acima passou a ser escrito sem centavos: Cr\$ 4.750 (quatro mil setecentos e cinquenta cruzeiros).

Cruzeiro Novo

Cr\$1000 = NCr\$1 (com centavos) 13.02.1967

O Decreto-Lei nº 1, de 13 de novembro de 1965 (D.O.U. de 17 de novembro de 1965), regulamentado pelo Decreto nº 60.190, de 08 de fevereiro de 1967 (D.O.U. de 09 de fevereiro de 1967), instituiu o Cruzeiro Novo como unidade monetária transitória, equivalente a um mil cruzeiros antigos, restabelecendo o centavo. O Conselho Monetário Nacional, pela Resolução nº 47, de 08 de fevereiro de 1967, estabeleceu a data de 13.02.67 para início de vigência do novo padrão.

Exemplo: Cr\$ 4.750 (quatro mil, setecentos e cinquenta cruzeiros) passou a expressar-se NCr\$ 4,75 (quatro cruzeiros novos e setenta e cinco centavos).

Cruzeiro

De NCr\$ para Cr\$ (com centavos) 15.05.1970

A Resolução nº 144, de 31 de março de 1970 (D.O.U. de 06 de abril de 1970), do Conselho Monetário Nacional, restabeleceu a denominação Cruzeiro, a partir de 15 de maio de 1970, mantendo o centavo.

Exemplo: NCr\$ 4,75 (quatro cruzeiros novos e setenta e cinco centavos) passou a expressar-se Cr\$ 4,75 (quatro cruzeiros e setenta e cinco centavos).

Cruzeiros

(sem centavos) 16.08.1984

A Lei nº 7.214, de 15 de agosto de 1984 (D.O.U. de 16.08.84), extinguiu a fração do Cruzeiro denominada centavo. Assim, a importância do exemplo, Cr\$ 4,75 (quatro cruzeiros e setenta e cinco centavos), passou a escrever-se Cr\$ 4, eliminando-se a vírgula e os algarismos que a sucediam.

Cruzado

Cr\$ 1000 = Cz\$1 (com centavos) 28.02.1986

O Decreto-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986 (D.O.U. de 28 de fevereiro de 1986), posteriormente substituído pelo Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986 (D.O.U. de 11 de março de 1986), instituiu o Cruzado como nova unidade monetária, equivalente a um mil cruzeiros, restabelecendo o centavo. A mudança de padrão foi disciplinada pela Resolução nº 1.100, de 28 de fevereiro de 1986, do Conselho Monetário Nacional.

Exemplo: Cr\$ 1.300.500 (um milhão, trezentos mil e quinhentos cruzeiros) passou a expressar-se Cz\$ 1.300,50 (um mil e trezentos cruzados e cinquenta centavos).

Cruzado Novo

Cz\$ 1000 = NCz\$1 (com centavos) 16.01.1989

A Medida Provisória nº 32, de 15 de janeiro de 1989 (D.O.U. de 16 de janeiro de 1989), convertida na Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989 (D.O.U. de 01 de fevereiro de 1989), instituiu o Cruzado Novo como unidade do sistema monetário, correspondente a um

mil cruzados, mantendo o centavo. A Resolução nº 1.565, de 16 de janeiro de 1989, do Conselho Monetário Nacional, disciplinou a implantação do novo padrão.

Exemplo: Cz\$ 1.300,50 (um mil e trezentos cruzados e cinquenta centavos) passou a expressar-se NCz\$ 1,30 (um cruzado novo e trinta centavos).

Cruzeiro

De NCz\$ para Cr\$ (com centavos) 16.03.1990

A Medida Provisória nº 168, de 15 de março de 1990 (D.O.U. de 16 de março de 1990), convertida na Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990 (D.O.U. de 13 de abril de 1990), restabeleceu a denominação Cruzeiro para a moeda, correspondendo um cruzeiro a um cruzado novo. Ficou mantido o centavo. A mudança de padrão foi regulamentada pela Resolução nº 1.689, de 18 de março de 1990, do Conselho Monetário Nacional.

Exemplo: NCz\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzados novos) passou a expressar-se Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros).

Cruzeiro Real

Cr\$ 1000 = CR\$ 1 (com centavos) 01.08.1993

A Medida Provisória nº 336, de 28 de julho de 1993 (D.O.U. de 29 de julho de 1993), convertida na Lei nº 8.697, de 27 de agosto de 1993 (D.O.U. de 28 de agosto de 1993), instituiu o Cruzeiro Real, a partir de 01 de agosto de 1993, em substituição ao Cruzeiro, equivalente um cruzeiro real a um mil cruzeiros, com a manutenção do centavo. A Resolução nº 2.010, de 28 de julho de 1993, do Conselho Monetário Nacional, disciplinou a mudança na unidade do sistema monetário.

Exemplo: Cr\$ 1.700.500,00 (um milhão, setecentos mil e quinhentos cruzeiros) passou a expressar-se CR\$ 1.700,50 (um mil e setecentos cruzeiros reais e cinquenta centavos).

Real

CR\$ 2.750 = R\$ 1 (com centavos) 01.07.1994

A Medida Provisória nº 542, de 30 de junho de 1994 (D.O.U. de 30 de junho de 1994), instituiu o Real como unidade do sistema monetário, a partir de 01 de julho de 1994, com a equivalência de CR\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta cruzeiros reais), igual à paridade entre a URV e o Cruzeiro Real fixada para o dia 30 de junho de 1994. Foi mantido o centavo.

Como medida preparatória à implantação do Real, foi criada a URV - Unidade Real de Valor - prevista na Medida Provisória nº 434, publicada no D.O.U. de 28 de fevereiro de 1994, reeditada com os números 457 (D.O.U. de 30 de março de 1994) e 482 (D.O.U. de 29 de abril de 1994) e convertida na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994 (D.O.U. de 28 de maio de 1994).

Exemplo: CR\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros reais) passou a expressar-se R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Banco Central (BC ou Bacen) - Autoridade monetária do País responsável pela execução da política financeira do governo. Cuida ainda da emissão de moedas, fiscaliza e controla a atividade de todos os bancos no País.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - Órgão internacional que visa ajudar países subdesenvolvidos e em desenvolvimento na América Latina. A organização foi criada em 1959 e está sediada em Washington, nos Estados Unidos.

Gráfico de setores: são utilizados, em geral, para visualizar a relação entre as partes e o todo.

Dividimos um círculo em setores, com ângulos de medidas diretamente proporcionais às frequências de classes. A medida α , em grau, do ângulo central que corresponde a uma classe de frequência F é dada por:

$$\alpha = \frac{360^\circ}{F_t} \cdot F$$

Onde:

F_t = frequência total

Exemplo

Preferência por modalidades esportivas		
Esportes	Número de praticantes (F)	Frequência relativa
Futebol	160	40%
Vôlei	120	30%
Basquete	60	15%
Natação	40	10%
Outros	20	5%
Total (F_t)	400	100%

Dados fictícios

Para acharmos a frequência relativa, podemos fazer uma regra de três simples:

400 --- 100%

160 --- x

$x = 160 \cdot 100 / 400 = 40\%$, e assim sucessivamente.

Aplicando a fórmula teremos:

- *Futebol*: $\alpha = \frac{360^\circ}{F_t} \cdot F \rightarrow \alpha = \frac{360^\circ}{400} \cdot 160 \rightarrow \alpha = 144^\circ$

- *Vôlei*: $\alpha = \frac{360^\circ}{F_t} \cdot F \rightarrow \alpha = \frac{360^\circ}{400} \cdot 120 \rightarrow \alpha = 108^\circ$

- *Basquete*: $\alpha = \frac{360^\circ}{F_t} \cdot F \rightarrow \alpha = \frac{360^\circ}{400} \cdot 60 \rightarrow \alpha = 54^\circ$

- *Natação*: $\alpha = \frac{360^\circ}{F_t} \cdot F \rightarrow \alpha = \frac{360^\circ}{400} \cdot 20 \rightarrow \alpha = 18^\circ$

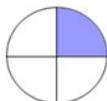
Como o gráfico é de setores, os dados percentuais serão distribuídos levando-se em conta a proporção da área a ser representada relacionada aos valores das porcentagens. A área representativa no gráfico será demarcada da seguinte maneira:



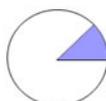
100% = 360°



50% = 180°



25% = 90°



12,5% = 45°



1% = 3,6°

MATEMÁTICA

2. (TRT 6ª Região - Auxiliar Judiciário - FCC) O número 0,0202 pode ser lido como:

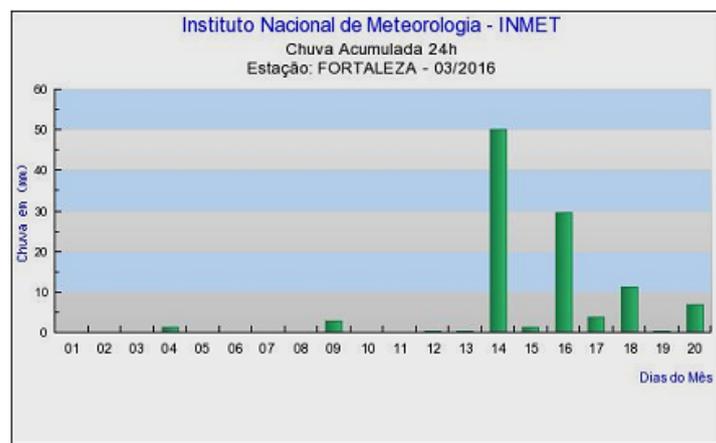
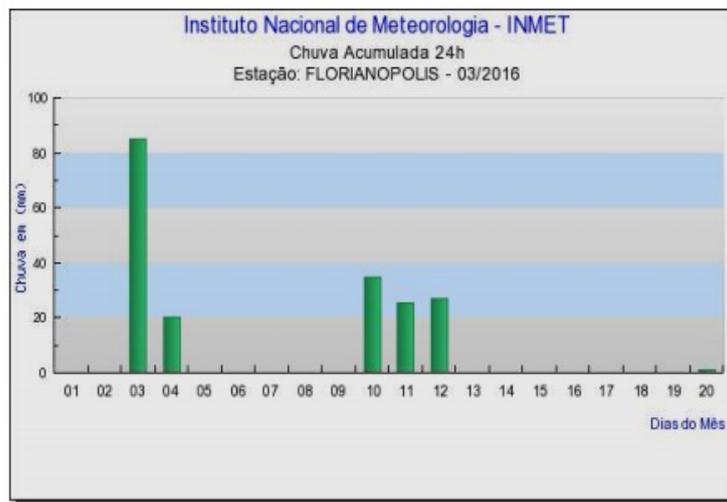
- (A) duzentos e dois milésimos.
- (B) duzentos e dois décimos de milésimos.
- (C) duzentos e dois centésimos de milésimos.
- (D) duzentos e dois centésimos.
- (E) duzentos e dois décimos

3. (TRT 6ª Região - Auxiliar Judiciário - FCC) Ao preencher corretamente um cheque no valor de R\$ 2010,50, deve se escrever por extenso:

- (A) dois mil e cem reais e cinquenta centavos.
- (B) dois mil e dez reais e cinquenta centavos.
- (C) dois mil e dez reais e cinco centavos.
- (D) duzentos reais e dez reais e cinquenta centavos.
- (E) duzentos e um reais e cinco centavos.

4. (Pref. Fortaleza/CE – Pedagogia – Pref. Fortaleza) “Estar alfabetizado, neste final de século, supõe saber ler e interpretar dados apresentados de maneira organizada e construir representações, para formular e resolver problemas que impliquem o recolhimento de dados e a análise de informações. Essa característica da vida contemporânea traz ao currículo de Matemática uma demanda em abordar elementos da estatística, da combinatória e da probabilidade, desde os ciclos iniciais” (BRASIL, 1997).

Observe os gráficos e analise as informações.



A partir das informações contidas nos gráficos, é correto afirmar que:

- (A) nos dias 03 e 14 choveu a mesma quantidade em Fortaleza e Florianópolis.
- (B) a quantidade de chuva acumulada no mês de março foi maior em Fortaleza.
- (C) Fortaleza teve mais dias em que choveu do que Florianópolis.
- (D) choveu a mesma quantidade em Fortaleza e Florianópolis.

CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS REFERENTES AOS PRINCIPAIS FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DO BRASIL E DO MUNDO NA ATUALIDADE

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como es-

tudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na "Área do Cliente".

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

AS REGIONALIZAÇÕES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO¹

A **regionalização** pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

1 FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.

TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

Regionalização do Brasil por Milton Santos



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1551&evento=5>

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira propuseram outra regionalização para o Brasil, que divide o território em quatro regiões: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada.

Essa divisão foi feita com base no grau de desenvolvimento científico, técnico e informacional de cada lugar e sua influência na desigualdade territorial do país.

A região Concentrada apresenta os níveis mais altos de concentração de técnicas, meios de comunicação e população, além de altos índices produtivos.

Já a região Centro-Oeste caracteriza-se pela agricultura moderna, com elevado consumo de insumos químicos e utilização de tecnologia agrícola de ponta.

A região Nordeste apresenta uma área de povoamento antigo, agricultura com baixos níveis de mecanização e núcleos urbanos menos desenvolvidos do que no restante do país. Por fim, a Amazônia, que foi a última região a ampliar suas vias de comunicação e acesso, possui algumas áreas de agricultura moderna.

As Regiões do Brasil ao Longo do Tempo

Os estudos da Divisão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tiveram início em 1941. O objetivo principal deste trabalho foi o de sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras.

A proposta de regionalização de 1940 apresentava o território dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Este (Leste), Sul e Centro. Essa divisão era baseada em critérios tanto físicos como socioeconômicos.

Regionalização do Brasil → década de 1940



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1557&evento=5>

IBGE e a Proposta de Regionalização

O IBGE surgiu em 1934 com a função de auxiliar o planejamento territorial e a integração nacional do país. Conseqüentemente, a proposta de regionalização criada pelo IBGE baseava-se na assistência à elaboração de políticas públicas e na tomada de decisões no que se refere ao planejamento territorial, por meio do estudo das estruturas espaciais presentes no território brasileiro. Observe a regionalização do IBGE de 1940 no mapa acima.

Regionalização do Brasil → década de 1950



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1558&evento=5>

Na década de 1950, uma nova regionalização foi proposta, a qual levava em consideração as mudanças no território brasileiro durante aqueles anos.

Amazonas, partindo do Peru, em busca do lendário Eldorado (1559-1561). O navegador foi assassinado durante a viagem, e a expedição passou a ser comandada por Lopo de Aguirre, que chegou ao oceano em 1561. Como resultado dessa jornada, a colonização espanhola na região acabou sendo adiada, pois os espanhóis mostraram-se cientes das dificuldades de conquistar tão vasto espaço.

No século XVII, a região, integrada à capitania do Maranhão, conheceu a prosperidade com a lavoura e a pecuária. No ano de 1616 é criada a Capitania do Grão-Pará, pertencente ao Estado Colonial Português do Maranhão. Em 1751, com a expansão para o oeste, cria-se o Estado Colonial Português do Grão-Pará, que além da Capitania do Grão-Pará abrigará também a Capitania de São José do Rio Negro (hoje o estado do Amazonas).

Em 1821, a Revolução Constitucionalista do Porto (Portugal) foi apoiada pelos paraenses, mas o levante acabou reprimido. Em 1823, o Pará decidiu unir-se ao Brasil independente, do qual estivera separado no período colonial, reportando-se diretamente a Lisboa. No entanto, as lutas políticas continuaram. A mais importante delas, a Cabanagem (1835), chegou a decretar a independência da província do Pará. Este foi, juntamente com a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, o único levante do período regencial onde o poder foi tomado, sendo que a Cabanagem foi a única revolta liderada pelas camadas populares.

A economia cresceu rapidamente no século XIX e início do século XX com a exploração da borracha, pela extração do látex, época esta que ficou conhecida como Belle Époque, marcada pelos traços artísticos da Art Nouveau. Nesse período a Amazônia experimentou dois ciclos econômicos distintos com a exploração da mesma borracha.

Estes dois ciclos (principalmente o primeiro) deram não só a Belém, mas também a Manaus (Amazonas), um momento áureo no que diz respeito à urbanização e embelezamento destas cidades. A construção do Teatro da Paz (Belém) e do Teatro Amazonas (Manaus) são exemplos da riqueza que esse período marcou na história da Amazônia.

O então intendente Antônio Lemos foi o principal personagem da transformação urbanística que Belém sofreu, onde chegou a ser conhecida como Paris n'América (como referência à influência da urbanização que Paris sofrera na época, que serviu de inspiração para Antônio Lemos). Nesse período, por exemplo, o centro da cidade foi intensamente arborizado por mangueiras trazidas da Índia. Daí o apelido que até hoje estas árvores (já centenárias) dão à capital paraense.

Com o declínio dos dois ciclos da borracha, veio uma angustiante estagnação, da qual o Pará só saiu na década de 1960, com o desenvolvimento de atividades agrícolas no sul do Estado. A partir da década de 1960, mas principalmente na década de 1970, o crescimento foi acelerando com a exploração de minérios (principalmente na região sudeste do estado), como o ferro na Serra dos Carajás e do ouro em Serra Pelada.

Adesão do Pará à Independência do Brasil³

Em 1823, o Pará era a única província que não fazia parte do país e as ameaças eram fortes para mudar essa situação.

“O Brasil se torna independente no dia 7 de setembro e a Província do Grão Pará não aceita fazer parte do Brasil, fiel a Portugal. Um ano depois, nós vamos aceitar, nós vamos aderir ao Brasil.

³ G1 PA. Feriado Lembra a adesão do Pará à Independência do Brasil. G1 Pará. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/feriado-lembra-a-adesao-do-para-a-independencia-do-brasil.ghtml>.

Porém, essa adesão não foi tão simples. Dom Pedro I, Imperador do Brasil, envia para o Pará um comandante de fragata inglês, John Grenfill, que havia sido contratado para formar a nossa Marinha. E ele veio com a missão de incorporar o Pará ao Brasil, custe o que custar. Chegou aqui e fez isso de maneira dramática”, conta o historiador Jean Ribeiro.

Na época, a sede da colônia portuguesa era no Palácio Lauro Sodré, no bairro da Cidade Velha. Foi no local que, no dia 15 de agosto de 1823, o documento de adesão do Pará foi assinado.

Segundo historiadores, parte da população paraense se revoltou. Três meses depois da assinatura do documento, houve uma manifestação onde atualmente é a Praça Frei Caetano Brandão. O que eles queriam eram direitos iguais aos dos portugueses que viviam no Pará.

O cônego Batista Campos era um dos líderes desse movimento e conseguiu escapar da morte. Mas, um grupo de paraenses não teve a mesma sorte do cônego.

A Baía do Guajará foi palco de um massacre: 256 manifestantes foram colocados dentro do porão de um navio e morreram asfixiados. A embarcação ficou conhecida como Brigue Palhaço.

“O nome do navio é Brigue São José Diligente, em função do que aconteceu, da forma como eles foram mortos, em função inclusive da utilização de cal na morte dos homens, isso ganhou notoriedade e entrou para os anais da história dessa forma. A fisionomia dos paraenses que estavam mortos ali no porão, asfixiados, com os lábios e os olhos arroxeados e o rosto esbranquiçado lembravam palhaços”, detalha Jean.

“As camadas populares tinham uma expectativa de que a independência representasse mudanças radicais, de fato, na estrutura econômica, política e social do Brasil. Só que a independência, vamos tomar o exemplo do Pará: a adesão manteve o mesmo grupo que estava no poder antes, constituindo a maioria de portugueses, então os portugueses continuavam no poder. A escravidão foi mantida, não só no Pará, mas no Brasil inteiro. E essa frustração se tornou ressentimento que foi sendo remoído”, explica o historiador José Alves de Sousa Junior.

Situado no centro leste da região Norte do Brasil, o Estado do Pará é o segundo do País em superfície (o maior é o Estado do Amazonas), com uma **área** de 1.247.955,238 (km²), em 2016, o que representa mais de duas vezes o território da França.

Limita-se ao norte com o Suriname e o Estado do Amapá; a nordeste com o Oceano Atlântico; a leste com os Estados do Maranhão e Tocantins; ao sul com o Estado de Mato Grosso; e a noroeste com a Guiana e o Estado de Roraima.

Sua capital é Belém.

Possui 144 municípios.

O **relevo** do Estado apresenta três aspectos distintos que incluem:

O **Planalto Norte-Amazônico**, formado quase integralmente por terrenos cristalinos, representando uma das parcelas do Planalto das Guianas, onde se encontram as serras de Acará e Tumucumaque (cerca de 850 metros de altitude);

A **Planície Amazônica**, faixa sedimentar estreita e alongada no sentido sudoeste-nordeste, através da qual corre o rio Amazonas;

O **Planalto Sul-Amazônico**, que se constitui parcela do Planalto Central brasileiro, elevando-se em direção ao sul, onde se encontra a serra dos Carajás.